

A indústria da saúde

Volnei Garrafa (*)

Estudos internacionais demonstram que aproximadamente 80% das consultas médicas implicam na prescrição de um ou mais medicamentos. Segundo dados da FIBGE, uma família da área metropolitana da região do Rio de Janeiro dispensava, em 1974, 35% da sua despesa em assistência à saúde, com a aquisição de remédios; no nordeste o número subia a 57%. Por outro lado, o gasto com médicos e dentistas, no Rio, na mesma época, era de respectivamente 22% e 14%, registrando-se apenas 11% e 7% no nordeste.

Desta maneira, os gastos da população brasileira com respeito a assistência à saúde estão canalizados principalmente para os laboratórios multinacionais de medicamentos que, como se sabe, dominam quase que inteiramente o mercado nacional do setor. A CEME — Central de Medicamentos —, que foi criada, entre outros objetivos, para corrigir este sério sangramento dos cofres da nação, tem suas atividades completamente desviadas, constituindo-se, hoje, em um simples organismo distribuidor de alguns remédios produzidos pelas grandes firmas do ramo.

Ciente da importância do assunto, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) editou o polêmico livro "A Indústria da Saúde no Brasil", de autoria do prof. Hésio Cordeiro, do Instituto de Medicina Social da UERJ. A referida obra, que será debatida em Brasília com a presença do autor a partir da noite de 28 do corrente no Centro Cultural (SQN 601 — Av. L 2 norte), é baseada em duas pesquisas financiadas pela OMS e FINEP. Um dos estudos analisou os padrões de consumo de medicamentos em quatro grupos sociais, enquanto o outro avaliou um programa de atenção médica simplificada. Os dois trabalhos guardam relações e se complementam, uma vez que a prática de saúde no Brasil, através da tendência empresarial contemporânea verificada na área, está sendo dirigida cada vez mais para a privatização do setor, como claramente demonstram as intenções do próprio PREV SAUDE.

Com referência à indústria farmacêutica, Hésio Cordeiro comprova estudos anteriores de outros autores nacionais; grande volume de vendas e elevada taxa de lucro; acentuada penetração do capital estrangeiro; monopólio das pesquisas e das produções de matérias-primas pelas grandes multinacionais; crescente desnacionalização do setor por transferência do controle acionário a grupos estrangeiros e perda da capacidade de concorrência; controle monopolístico de certos medicamentos.

A análise de Cordeiro, contudo, não se atém exclusivamente ao enfoque industrial da questão "medicamentos-prestação de serviços". Seu maior mérito está exatamente no estudo dos aspectos sócio-políticos relacionados com o assunto, principalmente quando discute as relações entre **necessidade e consumo**, na procura dos padrões de consumo médico. Para ele, as relações complexas entre as diversas instituições sociais (como a medicina, a indústria farmacêutica, o Estado e seus aparelhos) traduzem-se em uma crescente hipertrofia da intervenção dessas instituições, com destruição ou paralisação da autonomia dos indivíduos. Desta forma, as práticas de saúde perdem sua relação com as reais necessidades do **HOMEM**, ficando submetidas a determinações mercadológicas de produção, compra e venda, sobretudo aos interesses das grandes corporações multinacionais comodamente instaladas no setor.

Sendo a prática médica e a atenção à saúde, portanto, bens de consumo, a saúde da população não passa de mera mercadoria a ser adquirida pelas pessoas com condições econômicas para tal. O que, convenhamos, não é nem justo, nem humano, em um País onde a renda é tão mal distribuída entre os diferentes estratos sociais.

(*) Presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília - ADUnB